

Estado do Rio Grande do Sul Município de Vacaria

CNPJ: 87.866.745/0001-16

Rua Ramiro Barcelos, 915 / Centro / Cx. Postal 01 CEP: 95.200-000 Vacaria / RS / Brasil

Fone: (54) 3232.5566



CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019 ATA N. º 04/2019

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, a Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela portaria nº 02/2019, reuniu-se, para a sessão de análise e julgamento de recurso no processo de Concorrência Pública de Registro de Preços nº 04/2019, para "Contratação de PJ em regime por tarefa para serviços comuns de reforma", para atender as necessidades do Executivo Municipal de Vacaria.

A Comissão de Licitações recebeu, tempestivamente, o recurso interposto pela empresa VN PREMOLDADOS LTDA, que em suma requer: "a reconsideração da ata nº 02/2019", (que inabilitou a empresa), "a habilitação das empresas para o 'Registro de Preços nº 02/2019' junto a Prefeitura Municipal de Vacaria, ocorreu dias após o pagamento do tributo efetuado no dia 21, e o Sistema da Prefeitura local não havia liberado a Certidão Negativa Municipal".

Aberto o prazo de contrarrazões, nenhuma das licitantes as interpôs.

Após as análises dos autos, a Comissão passa a tecer seu pronunciamento quanto ao recurso requerido:

Preliminarmente, iremos destacar que no recurso interposto pela empresa VN Premoldados Ltda foi feita menção ao "Registro de Preços nº 02/2019" quando o processo em questão é a Concorrência Pública de Registro de Preços nº 04/2019, no entanto iremos apreciar o presente entendendo ter se tratado de equívoco por parte da requerente, provavelmente pela prática de um "copia e cola" de outro documento dispensando um certo descuido no momento na elaboração do peticionamanento, que nesta ocasião será relevado.

No próprio texto do recurso, a requerente salienta que no momento da abertura dos documentos de habilitação no referido processo licitatório, a sua Certidão Negativa dos Tributos Municipais **não** estava disponível. Incidente este que não passou despercebido pela Comissão quando da verificação da sua documentação enviada no envelope de habilitação, sendo que a ausência deste documento deu origem a inabilitação da licitante, como bem versou em ata de nº 02:

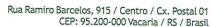
II - VN PREMOLDADOS LTDA: d) Não apresentou a Certidão Negativa Municipal, apresentando em seu lugar apenas um comprovante da sua inscrição no Município de Carlos Barbosa, desatendendo o item 2.7 do edital, sendo considerada INABILITADA;

Assim como mencionado na ata de julgamento da habilitação neste processo licitatório, e corroborado através da informação obtida no recurso interposto, não foi apresentada a Certidão Negativa Municipal da empresa VN Premoldados Ltda no envelope de

fl



CNPJ: 87.866.745/0001-16







habilitação. Deste modo, mesmo que apresentada junto ao recurso uma Certidão expedida com data de 29/10/2019, ou seja, posterior a data de abertura do certame, esta não satisfaz as condições exigidas pelo edital, item 2.7, o qual previa que as interessadas deveriam possuir toda a documentação regular na data e horário previstos para a abertura, 25/10/2019 às 9h, bem como local (envelope nº01 – habilitação). A não apresentação em conformidade com o instrumento editalício implica na habilitação da participante.

De acordo com o art. 43§3º da Lei 8666/93, segunda parte, é "vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta". Nesse sentido, também são corroborados os entendimentos do TCU e STJ:

Enunciado

É cabível a promoção de diligência pela comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. Acórdão 4827/2009-Segunda Câmara, TCU, 15/09/2009, Relator AROLDO CEDRAZ

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ILEGALIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EDITAL DE LICITAÇÃO E CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO EXIGIDO PELA NORMA DISCIPLINADORA DO CERTAME. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. [...]6. Nos termos do art. 43, § 3°, da Lei 8.666/1993, é facultado à comissão licitatória, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, sob pena de ofensa de ofensa ao princípio da vinculação ao edital. Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Data da Publicação/Fonte DJe 13/11/2018

Deste modo, conforme explanação, a inclusão do documento que deu origem a inabilitação da requerente junto ao recurso, não supre a causa /motivo pelo qual inviabiliza o seu prosseguimento no certame, visto que no momento oportuno para comprovar a sua aptidão a empresa demonstrou a impossibilidade de fazê-lo. Sendo assim, mantém —se o julgamento da ata de nº 02 que declara a empresa VN PREMOLDADOS LTDA como INABILITADA.

Encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Em caso de acolhimento por parte da autoridade competente, a abertura das propostas habilitadas será realizada no dia 19/11/2019 às 14h.

Esta ata e a íntegra do recurso encontram-se disponíveis, também, no site do município www.vacaria.rs.gov.br e no mural. Nada mais havendo a relatar, encerra a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações.

Acolho o possecer da comissão.

Amadeu de Almeida Boeira
Prefeito Municipal

R